

# Marcelo desclassificou os documentos que faltavam sobre a guerra colonial

Actas do Conselho Superior de Defesa do período marcelista, de 1968-74, estão digitalizadas e disponíveis. Cavaco Silva recusara desclassificar último lote de documentos sobre guerra colonial

**Helena Pereira**

O último grande lote de documentos sobre a guerra colonial que era confidencial já foi desclassificado. Ao PÚBLICO, fonte oficial da Presidência da República revelou que “foram desclassificadas, em Junho de 2019, as actas do Conselho Superior de Defesa (CSD) do período compreendido entre Abril de 1968 e Fevereiro de 1974”, ou seja, os documentos que relatam a evolução da guerra colonial no tempo do marcelismo e as discussões havidas, na altura, entre o presidente do Conselho de Ministros, os chefes militares e o ministro da Guerra. Esses documentos foram, entretanto, digitalizados e estão disponíveis para consulta.

“É uma boa notícia, é muito importante” esse testemunho, reagiu ao PÚBLICO o historiador Fernando Rosas, autor de uma série de obras sobre o Estado Novo e orientador de vários trabalhos académicos na mesma área. “Pelo CSD, passava grande parte da estratégia política e militar

da guerra colonial. Ninguém tinha tido acesso a esse material. Fico satisfeito com essa notícia”, afirmou.

António José Telo, professor catedrático de História na Academia Militar, realça a importância das actas do CSD, antevendo que esses documentos ajudarão também a ilustrar como “os compromissos com a NATO estavam no papel, mas não eram respeitados na prática” naquele período.

Os anos de 1968-1974 correspondem ao período do marcelismo, que, embora tivesse ficado marcado por alguma abertura do regime no continente, manteve a mesma linha que Salazar no que dizia respeito às colónias, então chamadas “provincias ultramarinas”.

“Acaba o mito de que há documentos classificados antes do 25 de Abril”, congratula-se, por seu turno, José Matos, investigador em história militar, e que, há uns anos, iniciou uma guerra para a desclassificação de actas do CSD deste período quando quis, em 2013, consultar documentos sobre as reuniões de 1973-74.

Após sucessivos recursos para a Presidência da República (na altura

ocupada por Aníbal Cavaco Silva), a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) acabou por obrigar o chefe de Estado a facultar as actas pretendidas e foi na sequência disso que o actual Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, decidiu desclassificar todo o lote de documentos do CSD entre 1968 e 1974.

“Alguns desse material foi incluído pela primeira vez num livro que escrevi em 2020, *Nos Meandros da Guerra: O Estado Novo e a África do Sul na defesa da Guiné*”, acrescentou o historiador.

De acordo com a lei em vigor, a classificação de documentos como segredo de Estado “não pode exceder um prazo de 30 anos”, mas tem esbarrado muitas vezes em recusas sem qualquer suporte legal.

Neste caso, o acervo foi desclassificado e também digitalizado, encontrando-se disponível para consulta através do *site* da Presidência. Inclui documentos como um relatório da delegação de Angola da Direcção-Geral de Segurança sobre a guerra naquele território, em 1970, um pro-



António de Spínola com as tropas na Guiné, já depois de ter sido demitido

**“Pelo CSD, passava grande parte da estratégia política e militar da guerra colonial. Ninguém tinha tido acesso a esse material. Fico satisfeito com essa notícia”**

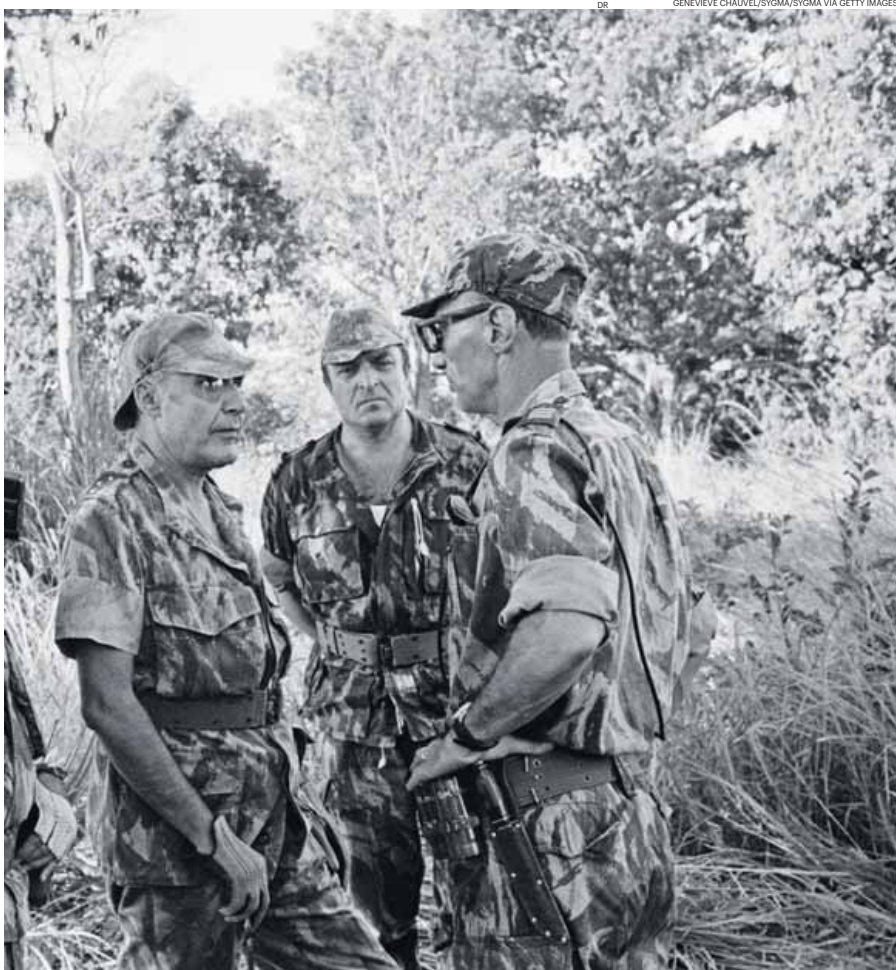
**Fernando Rosas**  
Historiador



jecto de directiva nacional sobre “guerra psicológica” com a data de 1972 ou uma exposição do general António Spínola sobre a evolução da guerra na Guiné-Bissau, em 1971.

Está, portanto, pronto a explorar. Mas as coisas não são assim tão simples no que diz respeito a documentos sobre esse período. As queixas de historiadores, académicos e estudantes são muitas e, *grosso modo*, prendem-se com o facto de muitos documentos não terem sido tratados arquivisticamente, não terem sido catalogados, digitalizados e, por isso, ser difícil encontrar informação.

Segundo António José Telo, “os documentos mais sensíveis sobre a guerra de África” que estão por consultar são “os ficheiros sobre os informadores que estavam dentro dos movimentos independentistas das colónias e que estavam nas mãos dos governadores”. Ora, esses documentos podem nem sequer existir à data de hoje porque provavelmente terão sido destruídos, frisa Telo. Fernando Rosas chama a atenção, por seu lado, para a vertente “dos crimes de guerra”, que não



de vice-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas

se encontra praticamente documentada.

“Em muitos casos, os documentos não se encontram registados. Podem ainda andar perdidos em arquivos de antigas direcções-gerais”, explica, por seu turno, o coronel Matos Gomes, ex-capitão de Abril e investigador de história contemporânea, que tem publicado vários livros de história e romances (sob o pseudónimo de Carlos Vale Ferraz), dando como exemplo o célebre caso do navio *Angoche*, um navio mercante português carregado com material de guerra que foi sabotado à bomba ao largo de Moçambique em 1971. Até hoje, nunca se soube efectivamente o que se passou, existindo várias teorias. Sob pseudónimo literário, Matos Gomes publicaria, em 2021, o livro *Angoche - Os Fantasma do Império*, que romanceia o que poderá ter acontecido.

### Chumbo da desclassificação

Em Janeiro, o Parlamento discutiu e votou um projecto de lei do BE que pedia genericamente a desclassificação de todos os documentos militares

até 1975. Acabou chumbado pelo PS, PSD e Chega. Na altura, os socialistas alegaram que tal projecto não fazia sentido porque a esmagadora maioria dos documentos já estava desclassificada e não havia nenhuma falta na lei que fosse preciso colmatar.

Fernando Rosas, que além de historiador foi um dos fundadores do Bloco de Esquerda, afirma ao PÚBLICO não ter sido envolvido nesse projecto de lei e acrescenta que, na realidade, o maior problema que se coloca é que os documentos, “legalmente, são acessíveis mas não são tratados por pessoal com formação arquivística”. “Há uns anos, os papéis do Arquivo Histórico-Militar estavam a desfazer-se, a apodrecer”, exemplifica.

“O problema é a falta de recursos humanos. Há uma grande desorganização. Os documentos não estão tratados. Sabemos que há a caixa Y e a caixa X”, lamenta, por seu lado, o investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e coordenador do projecto CROME – Memórias Cruzadas, Políticas do Silêncio: As guerras coloniais e de libertação em tempos pós-coloniais,

Miguel Cardina, que enfrentou essa dificuldade, por exemplo, quando quis fazer o levantamento do número de militares desertores na guerra colonial.

José Matos, por exemplo, afirmou ao PÚBLICO ter pedido há mais de dois anos ao arquivo do Estado-Maior-General das Forças Armadas para consultar pareceres de 1978/79 sobre a venda de armas ao Irão e ao Iraque. Nunca obteve resposta. “Continuo à espera de uma resposta. Já me queixei diversas vezes, já me queixei no Ministério da Defesa, e até agora continuo sem saber o que se passa com essa documentação. E é documentação que pela lei já devia estar desclassificada e à guarda do ADN [Arquivo da Defesa Nacional]”, diz.

Em 2019, o então ministro da Defesa, João Gomes Cravinho, criou, ao abrigo do programa Simplex+, o Portal das Instituições de Memória da Defesa Nacional, que pretendia colocar as bases de dados dos arquivos da Defesa Nacional num único site. Mas a criação deste site não impulsionou a digitalização de mais documentos.

# Falta de meios humanos e financeiros

Helena Pereira

## Arquivo Nacional da Torre do Tombo deveria ter mais de 600 funcionários para tratar toda a documentação que está a seu cargo

Para se fazer a história da guerra colonial, há vários arquivos essenciais que são frequentemente consultados, desde o Arquivo de Defesa Nacional (ADN) ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Alguns desses acervos são tratados de forma altamente organizada, outros debatem-se com falta de meios humanos e financeiros.

“Do lado da Defesa, o melhor é o da Defesa Nacional, em Paço d’Arcos [Oeiras]”, nomeia o investigador Miguel Cardina, apontando uma “grande desorganização” em arquivos como os dos ramos militares, por exemplo, que têm muito pouco pessoal e pessoas sem formação específica em técnicas documentais e arquivística.

O Arquivo de Defesa Nacional reúne documentação que havia no Forte de São Julião da Barra e no Ministério da Defesa até ao 25 de Abril de 1974.

A Torre do Tombo, por seu lado, concentra um dos maiores espólios

do Estado Novo, o arquivo da PIDE-DGS, que inclui fichas de cinco milhões de portugueses, explicou ao PÚBLICO o director da Torre do Tombo, Silvestre Lacerda. Essas fichas incluem pessoas que eram opositores ao regime mas também informações sobre pessoas que tão-somente se candidatavam a uma casa num bairro social ou emigravam.

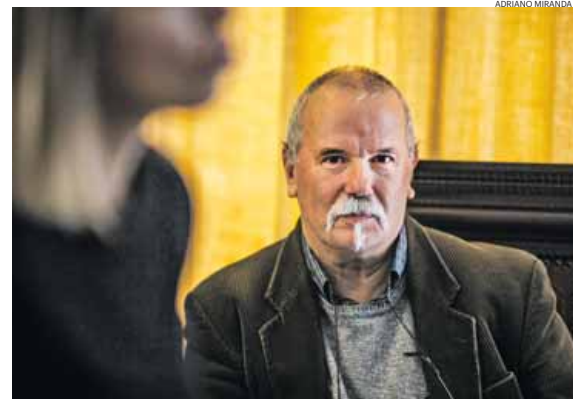
Segundo o historiador Fernando Rosas, houve momentos em que quem queria consultar estas fichas esperava “meses” para ser atendido. Antes de o documento ser disponibilizado, os funcionários da Torre do Tombo têm de se certificar de que ficavam ocultadas informações de carácter pessoal. Silvestre Lacerda conta que esses problemas, que existiram durante os anos da *troika* devido aos consequentes cortes orçamentais, estão ultrapassados e que hoje em dia a situação é melhor, embora reconheça que a Torre do Tombo não tem o pessoal necessário para tudo o que é preciso fazer-se.

Actualmente, este arquivo tem 352 postos de trabalho e cada vez que um funcionário se aposenta o Ministério das Finanças não tem permitido a abertura de concurso externo. “Os novos recrutamentos estão congelados na Administração Central”, explica, acrescentando que o número ideal de funcionários seria perto dos 600.

O arquivo da Torre do Tombo, que começou por funcionar no Palácio de São Bento, Assembleia da República, tem hoje “100 quilómetros de extensão e 103 milhões de imagens digitalizadas” e disponíveis na Internet, descreve Silvestre Lacerda. Há outra documentação digitalizada que só pode ser consultada presencialmente.

# 5

O arquivo da Torre do Tombo tem fichas da PIDE-DGS sobre cerca de cinco milhões de portugueses



Silvestre Lacerda é director da Torre do Tombo desde 2005